

Canal Energia – 06/11/2012

Questão indígena deve ser debatida, diz Acende Brasil

http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Meio_Ambiente.asp?id=92358

Instituto elabora estudo propondo definições para consultas públicas e redistribuição na CFURH

Pedro Aurélio Teixeira, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A oferta de expansão de energia no país vai passar pela questão indígena. Dos cerca de 19.000 MW que devem ser viabilizados até o ano de 2021, 82% desse potencial estão em terras indígenas, o que vai levar os empreendedores a esbarrarem em questões como consultas públicas e compensações ambientais. O Instituto Acende Brasil fez estudo em que esses dois temas se destacaram como assuntos relevantes. De acordo com Claudio Sales, presidente do Instituto, é preciso que se apresentem sugestões para esse debate. "É importante e olhando para a futuro que se possa ter uma relação respeitosa que traga propostas concretas para aprimorar esse processo, que atualmente tem sido alvo de tantos conflitos", sugere. O Acende Brasil promoveu fórum nesta terça-feira, 6 de novembro, sobre o tema, em que foram os estudos foram apresentados.

A constituição prevê que o aproveitamento dos potenciais hidráulicos em terras indígenas só pode ser feito com autorização do Congresso Nacional, ouvindo as comunidades afetadas. Porém o Congresso Nacional não regulamentou o artigo 231, que definiria os personagens que deverão ser ouvidos no processos de consulta. "O fórum mostrou a importância de definições prévias do que será consultado, como consultar, a quem consultar e quando consultar. A partir daí podemos ter um avanço", explica.

Ainda segundo Sales, a regulamentação deve definir como serão ouvidas as comunidades afetadas, em que fase do projeto a consulta será realizada, e quais serão os critérios objetivos para estabelecer quais povos indígenas devem participar desta consulta. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho também define alguns critérios para a consulta a povos indígenas, mas não estabelece com deve ser feita.

Quanto as compensações ambientais, o Acende Brasil apresentou proposta para a redistribuição dos recursos da Compensação Financeira por Uso do Recurso Hídrico que são destinados para a União e os estados em favor das comunidades indígenas afetadas por empreendimentos hidrelétricos. A CFURH é 6,75% da receita de geração e chega a representar até 25% a mais no orçamento dos municípios que sediam usinas. Somente a UHE Santo Antonio deve garantir R\$ 84 milhões por ano aos cofres públicos por conta da CFURH.

Para Claudio Sales, é possível que se consiga o equacionamento dessas questões, o que vai possibilitar ao país ter segurança na sua oferta de energia. Ele também lembra que o governo está atento a problemática indígena e que tem atuado para mitigar o problema. "É possível desenvolver uma coordenação respeitosa na discussão desses temas. As propostas apresentadas de alguma maneira já estão na lente do governo. Os indígenas não são contra os empreendimentos, eles querem que as coisas sejam feitas direito e eles tenham a justa compensação", ressalta.